

**FACULDADE CENTRO MATO – GROSSENSE
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

EDUCAÇÃO FÍSICA: CAMINHO PARA UMA PRÁTICA INCLUSIVA

ALICE TREIN

**SORRISO – MT
2015**

ALICE TREIN

EDUCAÇÃO FÍSICA: CAMINHO PARA UMA PRÁTICA INCLUSIVA

Monografia apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso de Educação Física da Faculdade Centro-mato-grossense – FACEM para obtenção do título de licenciatura em Educação Física. Sob orientação da Prof^a. Esp. Rosely Alves de Souza.

**SORRISO - MT
2015**

**FACULDADE CENTRO MATO – GROSSENSE
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**

FOLHA DE APROVAÇÃO

EDUCAÇÃO FÍSICA: caminho para uma prática inclusiva

Trabalho final de Conclusão de Curso de Educação Física da Faculdade Centro-mato-grossense – FACEM para obtenção do título de licenciado em Educação Física.

Sorriso-MT., _____ de _____ de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Professora Rosely Alves de Souza.

Professor Especialista Jailson Alves Bonfim

Professor

DEDICATÓRIA:

Dedico este trabalho a Deus que sempre me orientou e acompanhou nesta caminhada, ao meu companheiro Eric Augusto que me incentivou na busca deste conhecimento, à minha mãe que em sua simplicidade me ensinou as lições de vida e solidariedade. Enfim, agradeço a estes que nunca me deixaram esmorecer e o simples pensamento em um deles me dava forças para chegar aonde cheguei.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por conceder-me o dom da vida e da sabedoria, guiando-me no caminho do bem e da justiça e fazendo com que tivesse forças para superar os obstáculos.

À minha família por sempre estar presente me ajudando nos momentos que mais preciso.

Aos colegas da turma de Educação Física Licenciatura da FACEM por todo o companheirismo e amizade que criamos juntos ao longo destes últimos anos

A professora orientadora Rosely Alves de Souza, pelo auxílio na construção deste estudo, pela paciência e pelos conselhos, que indiscutivelmente ajudaram na melhora qualitativa deste trabalho.

A todos os professores do curso, pela dedicação e entusiasmo para com a nossa formação.

[...] eu gosto de ser gente precisamente por causa de minha responsabilidade ética e política em face do mundo e dos outros. Não posso ser se os outros não são; sobretudo não posso ser, se proíbo que os outros sejam.

(Paulo Freire)

RESUMO

Nos últimos anos o quadro educacional tem enfrentado muitos desafios, principalmente no que diz respeito à educação Inclusiva, determinando uma nova forma de pensar e repensar de todos os envolvidos em relação ao diferente e sua inclusão no cenário sócio-econômico-cultural. A educação inclusiva pressupõe a participação de todos aqueles que estão envolvidos no processo, exigindo uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas de forma que estas atendam a diversidade inerente ao ser humano, visando entender as necessidades educativas de todos os alunos em salas comuns. Neste sentido, através da pesquisa proposta, refletiremos sobre os fundamentos legais que amparam a inclusão educacional na escola regular, os princípios que legitimam a proposta inclusiva por meio de uma análise crítica da Educação e especificamente da Educação Física, enfocando a importância da atividade lúdica como instrumento pedagógico. Ao final das discussões realizadas concluímos que a escola deve proporcionar ao corpo discente a interação e a socialização entre os sujeitos, mostrando que todos os educandos devem conviver, aprender, brincar e construir conceitos juntos no ambiente escolar, sendo respeitados e interagindo durante a realização das atividades com os demais de forma igualitária, sem nenhum tipo de constrangimento.

Palavras-chave: Educação. Educação Especial. Educação Física Inclusiva.

ABSTRACT

In recent years the educational framework has faced many challenges, especially with regard to inclusive education, determining a new way of thinking and rethinking of all stakeholders in relation to the different and their inclusion in the socio-economic and cultural scene. Inclusive education requires the participation of all those involved in the process, requiring a restructuring of culture, practice and policies experienced in schools so that they meet the diversity inherent in human beings, in order to understand the educational needs of all students in common rooms. In this sense, through the proposed research, reflect on the legal grounds that support the educational inclusion in regular schools, the principles that legitimize inclusive proposal through a critical analysis of education and specifically physical education, focusing on the importance of play activity as pedagogical tool. At the end of the discussions we concluded that the school must provide the student body interaction and socializing between subjects, showing that all students must live, learn, play and build concepts together at school, being respected and interacting during the course of activities with other equally, without any embarrassment.

Keywords: Education. Special Education. Inclusive Education Physics.

LISTA DE ABREVIATURAS

FACEM	Faculdade Centro Mato-grossense
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacional
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
CEE	Conselho Estadual de Educação
MT	Mato Grosso
CEB	Conselho Estadual de Educação
Art	Artigo
CNE	Conselho Nacional de Educação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	14
1.1 HISTÓRICO SÓCIO CULTURAL DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	14
1.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL.....	19
1.3 MOTIVAÇÃO E LUDICIDADE NA APRENDIZAGEM.....	23
1.4 A INCLUSÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	26
2. METODOLOGIA.....	30
3. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	31
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	32

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos o quadro educacional tem enfrentado muitos desafios, principalmente no que diz respeito à educação Inclusiva, determinando uma nova forma de pensar e repensar de todos os envolvidos em relação ao diferente e sua inclusão no cenário sócio-econômico-cultural.

Segundo a Constituição Federal no seu art. 205 a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. O ensino deve ser ministrado com base no princípio de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, entre outros; baseando-se na ideia de que todos os alunos que possuam dificuldades e incapacidades, sejam elas circunstanciais, físicas, intelectuais, sensoriais, sociais ou culturais, têm a mesma necessidade de serem aceitos, compreendidos e respeitados em seus diferentes estilos e maneiras de aprender, ou seja, por educação inclusiva se entende o processo de inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais na rede comum de ensino em todas as suas modalidades. (BRASIL, 1988)

A educação inclusiva pressupõe a participação de todos aqueles que estão envolvidos no processo, exigindo uma reestruturação da cultura, da prática e das políticas vivenciadas nas escolas de forma que estas atendam a diversidade inerente ao ser humano, visando entender as necessidades educativas de todos os alunos em salas comuns.

Um dos documentos que fortalece e difunde a política de educação inclusiva, no Brasil e no mundo, é a Declaração de Salamanca constituída em 1994 pelo Congresso Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, organizado pelo Governo de Espanha em colaboração com a UNESCO que aconteceu em Salamanca. A Declaração de Salamanca da qual o Brasil é signatário estabelece desde os pressupostos teóricos, políticos e filosóficos até as diretrizes fundamentais para estabelecer sistemas educacionais que se ajuste a necessidade de todas as crianças, independentemente das suas condições físicas, sociais, culturais, linguísticas ou outras. No Brasil, entre a legislação vigente que direciona o sistema educacional, tem a resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001 do CNE/CEB que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

A Declaração de Salamanca diz que, “durante os últimos anos, tem se tornado claro que o conceito de necessidades educacionais especiais teve que ser ampliado para incluir todas as crianças que não estejam conseguindo se beneficiar com a escola seja por que motivo for” (UNESCO, 1994).

Neste contexto, o conceito de necessidades educacionais especiais passou a incluir, além das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotados, também aquelas que estejam experimentando dificuldades temporárias e dos mais diversos grupos sociais, culturais, étnicos, linguísticos, crianças de populações remotas ou nômades e de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginais.

Na realidade, esta proposta surgiu como uma manifestação desafiadora na educação, tendo em vista a construção de uma nova fase humanizada. Fundamentada no princípio de uma educação para todos, sem discriminação, com respeito à diversidade e a pluralidade cultural através de práticas pedagógicas que contemplem e respeitem a individualidade dos alunos e sua maneira de lidar com o processo de aprendizagem.

A inclusão nas escolas regulares vem acontecendo a passos lentos em decorrência das estruturas de apoio e práticas pedagógicas, apesar das leis que garantem a inclusão de alunos com os mais diversos tipos de necessidades educacionais especiais já existirem a algum tempo.

Neste sentido, é importante que se discuta a inclusão de TODOS sem distinção, sem preconceito, mas principalmente, a inclusão das crianças com deficiências físicas, sensoriais ou intelectuais, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotados, pois possuem direitos garantidos de acesso, permanência e aprendizagem em sistemas educacionais de qualidade.

É baseado nestes pressupostos e diretrizes, e, por estarmos inseridos neste contexto educacional, que resolvemos estudar e analisar a visão de alguns estudiosos sobre a educação inclusiva, bem como a metodologia lúdica como ferramenta facilitadora no processo ensino aprendizagem dos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotados, que serão tratados a partir daqui como alunos com necessidades educacionais especiais, objetivando conhecer a prática da educação

inclusiva, seus pressupostos teóricos, os fundamentos legais, históricos, sociais e culturais a partir do contexto educacional brasileiro.

Através da pesquisa proposta, refletiremos sobre os fundamentos legais que amparam a inclusão educacional na escola regular, os princípios que legitimam a proposta inclusiva por meio de uma análise crítica da Educação e especificamente da Educação Física, enfocando a importância da atividade lúdica como instrumento pedagógico, embasados em estudiosos como Kishimoto (1997), Jannuzzi (2004), Silva (2008) e outros.

1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

1.1 Histórico sócio cultural da Educação Especial

A história da Educação é marcada, por diversos fatos que demonstram a importância que deve ser dada ao processo de ensino e aprendizagem das crianças com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação e dificuldades acentuadas de aprendizagem, incluindo-os na rede regular de ensino e na sociedade.

Ao buscar a trajetória da educação especial, observamos que na era pré-cristã as pessoas com deficiências não tinham direito à vida. Muitos deles eram exterminados sacrificados em homenagens aos deuses logo após o seu nascimento.

Os conhecimentos sobre a educação e a aceitação da pessoa com deficiência eram baseados em ocultismo e misticismo, portanto, não havia nenhum trabalho desenvolvido com bases científicas, tudo era baseado no conhecimento empírico. Isso porque “(...) coisas e situações desconhecidas causam temor, a falta de conhecimento sobre as deficiências em muito contribuiu para que a pessoa portadora de deficiências, por ser diferente, fosse marginalizada, ignorada” (MAZZOTA, 1996).

Na Idade Média, como a igreja passa a ter domínio sobre a situação, ter um filho com deficiência era considerado como um “castigo de Deus”. Seus pais eram obrigados a levar uma vida de abnegação, protegendo-os e compadecendo-se pela própria sorte.

Entendemos que a igreja por sua vez, contribuiu para que o culto pela perfeição se fortalecesse, ao divulgar e pregar a ideia de que o homem foi criado à imagem e semelhança de Deus, portanto, deveria ser perfeito. Deste modo quando nascia uma criança com algum tipo de deficiência a família se sentia castigada, punida, alimentando a ideia de que esse indivíduo não tinha semelhança com Deus, devendo ser excluído da sociedade, negando-se a ele a condição humana. Enfim não tinha direito a uma vida normal, nem era considerado cidadão.

Nos séculos XVI, XVII e XVIII a pessoa com deficiência era vista como um ser incapaz e inútil, sem direito a educação ou convívio social, sendo marginalizadas e segregadas em instituições mantidas, na maioria das vezes, pela igreja. Estimulando, assim, a criação destas instituições de caridade com a finalidade de

abrigá-las, não lhes garantindo o acesso à educação ou seu desenvolvimento, mas apenas aliviando a “carga” da família. Sasaki lembra que:

Se algumas culturas simplesmente eliminavam as pessoas deficientes, outras adotaram a prática de interná-las em grandes instituições de caridade, junto com doentes e idosos. Essas instituições eram em geral muito grandes e serviam basicamente para dar abrigo, alimento, medicamento e alguma atividade para ocupar o tempo ocioso (1998, p. 10).

Durante muito tempo os atendimentos as pessoas com necessidades especiais, também, foram realizados em hospitais psiquiátricos,

No final do século XVIII e durante o século XIX se despertou para o processo educacional das pessoas com deficiências, sendo que este processo tinha caráter de tratamento de saúde, com o intuito de curar e adequá-los ao padrão de normalidade que acreditavam ser o ideal e a única forma de se conviver em sociedade.

Segundo Mazzota (2003), “até o final do século XIX diversas expressões eram utilizadas para referir-se ao atendimento educacional aos portadores de deficiência: Pedagogia de Anormais, Pedagogia Teralógica”. Com o tempo surgiram outros nomes como: Pedagogia Curativa ou Terapêutica, Pedagogia da Assistência Social, Pedagogia Emendativa. Estas denominações demonstram que com o passar do tempo, o sentimento de rejeição aos deficientes passou a ser de compaixão e de proteção. Ainda sobre estas expressões Soares (apud JANNUZZI, 2006, p. 70) nos diz que:

[...] a expressão ensino emendativo, de emendare (latim), que significa corrigir falta, tirar defeito, traduziu o sentido diretor desse trabalho educativo em muitas das providências da época. Armando Lacerda, no livro citado, colocou que a finalidade dessa educação “[...] era suprir falhas decorrentes da anormalidade, buscando adaptar o educando ao nível social dos normais”.

Contrário às idéias de compaixão e de proteção, surgiu um movimento, primeiramente na Europa e posteriormente nos Estados Unidos e Canadá e por fim, no Brasil que transformou o atendimento das pessoas com deficiências.

Na década de 40, a ideia de igualdade inserida pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, da qual o Brasil é signatário, leva o governo brasileiro a dar início à implantação de programas educacionais com o objetivo de

preparar os deficientes para a integração no ambiente escolar, através de escolas especiais ou classes especiais, e para sua reintegração a sociedade.

Muitas mudanças ocorreram durante todo o processo histórico da Educação Especial e, o processo de integração dos PNEs (pessoas com necessidades especiais), foi uma delas. Teve início entre os anos 60 e 70, sendo mais acentuado nos anos 80 quando foram implantadas salas isoladas nas escolas regulares, as conhecidas classes especiais, tendo início também, mudanças nos aspectos legais educacionais para o estabelecimento das primeiras diretrizes voltadas a educação especial:

A partir dos anos 1960 e de modo mais destacado nos anos 1970 as reformas educacionais alcançaram a área de educação especial sob a égide dos discursos da normalização e da integração. A educação especial constou como área prioritária nos planos setoriais de educação, após a Emenda Constitucional de 1978 e a Lei nº. 5692/71, de reforma do 1º e 2º graus, e foi contemplada com a edição de normas e planos políticos de âmbito nacional: as definições do Conselho Federal de Educação sobre a educação escolar dos excepcionais, as resoluções dos Conselhos Estaduais de Educação sobre diretrizes de educação especial, a criação dos setores de educação especial nos sistemas de ensino, a criação das carreiras especializadas em educação especial na educação escolar (os professores dos excepcionais) e também no campo de reabilitação (a constituição das equipes de reabilitação/ educação especial) (FERREIRA, 2006).

Apesar da importância deste fato para o processo de interação dos PNEs essa proposta não obteve o êxito esperado. Isso porque o trabalho realizado pelos professores não estavam preparados para habilitar e reabilitar os alunos considerados especiais, dentro dos padrões exigidos pela sociedade, não atingiu os objetivos esperados.

Mendes (2004), afirma que para atingir os objetivos de uma educação inclusiva é necessário saber que “Uma política de formação de professores é um dos pilares para a construção da inclusão escolar, pois a mudança requer um potencial instalado, em termos de recursos humanos, em condições de trabalho para que possa ser posta em prática”.

No final da década de 80, século XX, a forma de se pensar a integração da pessoa com deficiência, passa por mudanças importantes. Passa se a acreditar que não é a pessoa com necessidades educacionais especiais que tem que se adequar ao ambiente escolar e sim este, as suas necessidades. Surge neste momento às

primeiras alusões a Educação Inclusiva, ou seja, neste novo contexto, as instituições escolares se adaptam as necessidades dos educandos com deficiências, respeitando a diversidade, o diferente, inserindo a todos no ambiente escolar e na sociedade. Como destaca Sasaki,

Educação inclusiva é o processo que ocorre em escolas de qualquer nível preparadas para propiciar um ensino de qualidade a todos os alunos independentemente de seus atributos pessoais, inteligências, estilos de aprendizagem e necessidades comuns ou especiais. A inclusão escolar é uma forma de inserção em que a escola comum tradicional é modificada para ser capaz de acolher qualquer aluno incondicionalmente e de propiciar-lhe uma educação de qualidade. Na inclusão, as pessoas com deficiência estudam na escola que frequentariam se não fossem deficientes. (1998, p. 8)

Vimos ao longo da história analisada até aqui, que o atendimento as pessoas com deficiências partiu de um período histórico carregado de violência e de discriminação, passando por uma época marcada por instituições filantrópica, de caridade, chegando a um momento em que foram contempladas com o direito à educação, mas ainda carregado de preconceito. O que fez crer que estas pessoas não tinham nenhuma expectativa ou projeto de vida.

Hoje, a educação das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação é vista como um processo que tem por finalidade promover o desenvolvimento de suas potencialidades e habilidades abrangendo os diferentes níveis de ensino. Está fundamentada em referenciais teóricos e práticos compatíveis com as necessidades específicas dos alunos em busca da cidadania.

Mantoan (2003) afirma que se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças.

Esta educação, atualmente chamada de educação inclusiva, é uma proposta de práticas pedagógicas que contemplam a individualidade e a maneira de cada um lidar com o processo de aprendizagem.

Para Mittler (2004), trata-se de um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos

possam ter acesso a todas as formas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola.

Atualmente, a educação das pessoas portadoras de deficiência é entendida como um processo que visa promover o acesso, a permanência, o desenvolvimento e a aprendizagem de todos, abrangendo os diferentes níveis do sistema de ensino.

O processo de inclusão implica a inserção de todos e requer sistemas educacionais planejados e organizados que deem conta da diversidade dos alunos e ofereçam respostas adequadas às suas características e necessidades.

De acordo com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica,

A proposta de inclusão escolar constitui, portanto, uma proposta politicamente correta que representa valores simbólicos importantes, condizentes com a igualdade de direitos e de oportunidades educacionais para todos, em um ambiente educacional favorável. Impõem-se como uma perspectiva a ser pesquisada e experimentada na realidade brasileira, reconhecidamente ampla e diversificada (BRASIL, 2001).

Nesse sentido, é necessária uma proposta pedagógica que dê ao aluno a oportunidade de desenvolver-se integralmente e de forma prazerosa, sendo a ludicidade uma das ferramentas que podem auxiliar este processo.

De acordo com Rolim (2004), brincar é o que as crianças fazem quando não estão comendo ou dormindo, ocupando o máximo das suas horas. O brincar da criança pode ser visto, literalmente, como o equivalente ao trabalho dos adultos. Brincar é o meio prioritário pelo qual as crianças aprendem sobre seus corpos, além de facilitar o crescimento afetivo e cognitivo e fornecer um importante meio para o desenvolvimento das habilidades motoras grossas e finas.

O ato de brincar pode ser usado em diferentes disciplinas que fazem parte do currículo da educação, mas a educação física é uma das disciplinas que por suas especificidades pode proporcionar ao aluno situações de aprendizagens por meio de jogos e brincadeiras. As atividades lúdicas com objetivos definidos conduzem o aluno a participar das atividades de forma descontraída, sendo, portanto, uma importante estratégia de inclusão e socialização.

Esta prática precisa ser aplicada no espaço escolar, pois sendo este um local de encontro de pessoas com características particulares, no momento em que estão descobrindo suas habilidades com relação à vida e ao mundo é importante

que a ação educativa lhes cause prazer, desenvolvendo e estimulando atividades que façam parte da natureza humana, pois o brincar faz parte da essência do ser humano. É preciso entender que:

(...) A alegria na escola fortalece e estimula a alegria de viver. Se o tempo da escola é um tempo de enfado em que o educador, a educadora e educandos vivem os segundos, os minutos, os quartos de hora a espera que a monotonia termine a fim de que partam risonhos para a vida lá fora, a tristeza da escola termina por deteriorar a alegria de viver. (FREITAS, 2001)

E mais do que isto, os estímulos, as descobertas, os desafios e a alegria do aprender passa a ser uma aliança no processo ensino aprendizagem.

Nesse caso o lúdico,

(...) é a brincadeira que é universal e que é a própria saúde: o brincar facilita o crescimento e, portanto, a saúde; o brincar conduz aos relacionamentos grupais; o brincar pode ser a forma de comunicação na psicoterapia; finalmente, a psicanálise foi desenvolvida como forma altamente especializada do brincar, a serviço da comunicação consigo mesmo e com os outros. (WINNICOTT, 1975).

Sendo assim, o brinquedo, a brincadeira serve como um estímulo importante para o desenvolvimento, pois no brincar superam-se limitações e exercita avanços consideráveis assimilando novas descobertas.

1.2 Contextualização da Educação Especial no Brasil

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), a inclusão escolar constitui, portanto, uma proposta politicamente correta que representa valores simbólicos importante, condizentes com a igualdade de direitos e oportunidades educacionais para todos, em um ambiente educacional favorável. Impõem-se como uma perspectiva pesquisada e experimentada na realidade brasileira, reconhecida ampla e diversificada.

Devemos entender que a Inclusão em educação deve abranger não só o aluno com deficiência, mas todos os alunos, todas as diferenças devem ser respeitadas, sejam elas linguísticas, sociais, culturais, étnicas, religiosas, ou outra.

Diante deste conceito é possível identificar a preocupação com a inclusão da pessoa com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas

habilidades/superdotação no ensino regular em qualquer nível ou modalidade de ensino.

No entanto, mesmo diante do que diz a legislação outro conceito de Educação Especial pode ser observado, na visão de Bueno (1997) a Educação Especial desde o seu surgimento, no final do século XVIII, atende a dois interesses contraditórios: oferecer escolaridade a crianças consideradas anormais, ao mesmo tempo em que serve de instrumentos básicos para a segregação do indivíduo deficiente. Essa afirmação de Bueno nos faz recordar que as lutas e preocupações em torno da educação inclusiva têm por objetivo combater essa visão distorcida, a segregação, a discriminação e o preconceito relacionado às pessoas com necessidades educacionais especiais. A educação inclusiva tem se tornado realidade em todos os cantos e a sua proposta de acesso, permanência e aprendizagem para TODOS tem se fortalecido e criado raízes profundas no sistema educacional brasileiro.

Quanto ao aluno da Educação Especial, o mesmo é definido pelo Ministério da Educação e do Desporto como:

Aquele que, por apresentar necessidade própria e diferente dos demais alunos no domínio das aprendizagens curriculares correspondentes a sua idade, requer recursos pedagógicos e metodologia específica. Genericamente chamados de portadores de necessidades educativas especiais, classificam-se em: Portadores de deficiência - mental, visual, auditiva, física múltiplas, portadores de altas habilidades – superdotados. (BRASIL, 1994).

O Ministério da Educação entende ainda, que esses alunos devem ter acesso a uma educação de qualidade na rede comum de ensino em todas as modalidades: da educação infantil à graduação.

A educação inclusiva está vinculada as perspectivas e diretrizes dos direitos humanos e cidadania, com base na “Declaração de Salamanca” e esta deve atender as necessidades educativas especiais de todos os educandos.

Segundo a LDB os alunos com deficiências deverão ser incluídos no ensino regular, preferencialmente na própria rede escolar de ensino, entretanto, quando o ingresso se der em instituições especializadas e sem fins lucrativos, os critérios serão estabelecidos pelos órgãos normativos do sistema de ensino, de acordo com o que estabelece o:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio, especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela da educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organizações específicas, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como os professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no mercado de trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público.

Parágrafo único. O Poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo. (BRASIL, 2001)

Apesar das leis que garantem o acesso a educação por parte das pessoas com necessidades especiais, esta ainda não se concretizou. Isso porque, segundo Caiado (2003), sem que se conteste a sua função social e as práticas sociais na

área da educação especial, pouco se avança na complexa questão da inclusão escolar e social da pessoa com deficiência. O objetivo principal da política nacional da Educação Especial é fundamentar e orientar “o processo global da educação de pessoas portadoras de deficiências, de condutas típicas de altas habilidades, criando condições adequadas para o desenvolvimento pleno de suas potencialidades, com vistas aos exercícios conscientes da cidadania” (BRASIL, 1994).

A legislação que rege a educação especial deve ser revista com frequência para que a inclusão aconteça de forma satisfatória, norteando, também, o trabalho dos professores especialistas que atuam nas salas de recursos multifuncionais e no ensino regular com turmas que tem a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais.

Consideramos ainda, a importância de se conhecer o diagnóstico de uma doença ou deficiência, não com o objetivo de rotular, mas sim com o objetivo de identificar as verdadeiras causas das dificuldades dos alunos, para que o educador possa auxiliá-lo na permanência no ambiente escolar e em seu processo de ensino aprendizagem, possibilitando o desenvolvimento de suas potencialidades e capacidades.

Outro fator importante neste processo de inclusão é atuação da família. Como é o primeiro núcleo do qual o aluno faz parte deve acompanhar todo o processo de inclusão da criança, para que a escola seja uma extensão do ambiente familiar. Assim, o meio familiar e o meio escolar, constituem espaços onde o aluno passará a maior parte do seu tempo, devendo ser agradável, lúdico, onde se estabeleçam relações de amizade, interação e aprendizagem.

Apesar dos avanços significativos, ainda é necessário implementar as recentes políticas e diretrizes para a criação de um sistema educacional efetivamente inclusivo no Brasil.

Chinalia e Rosa (2008), afirmam que “a inclusão educacional se faz necessária, em função de uma história com tendência para exclusão dos sistemas educacionais, que está relacionada com a maneira como a escola foi criada, sempre colocando à margem de seus processos, pessoas que não se enquadravam em seus requisitos”. Diante do contexto educacional brasileiro, a inclusão implica a inserção de todos, sem distinção de condições linguísticas, sensoriais, cognitivas, físicas, emocional, étnicas, religiosas e socioeconômicas, entre outras, e requer

planejamento e organização que de em conta da diversidade dos alunos oferecendo respostas adequadas às suas características e necessidades.

Segundo as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica:

A proposta de inclusão escolar constitui, portanto, uma proposta politicamente correta que representa valores simbólicos importantes, condizentes com a igualdade de direitos e de oportunidades educacionais para todos, em um ambiente educacional favorável. Impõem-se como uma perspectiva a ser pesquisada e experimentada na realidade brasileira, reconhecidamente ampla e diversificada (BRASIL, 2001).

A inclusão das pessoas com as mais diversas necessidades especiais é uma realidade neste século, e desse processo não se pode fugir, tendo em vista que é uma prática legal que favorece plenamente o indivíduo. Portanto, temos que aprender a conviver com as diferenças e, este está sendo um dos maiores desafios da Educação no século XXI. Para Alves, esta nova concepção da educação é:

(...) ensinar a conviver. A vida é convivência com uma fantástica variedade de seres, humanos, velhos, adultos, crianças, das mais variadas raças, das mais variadas culturas, das mais variadas línguas, animais, plantas, estrelas... Conviver é viver bem em meio a essa diversidade. E parte dessa diversidade são as pessoas portadoras de alguma deficiência ou diferença. Elas fazem parte do nosso mundo. Elas têm direito de estar aqui. (ALVES, 2003, p. 26)

1.3 Motivação e ludicidade na aprendizagem

A motivação de um aluno perante uma atividade concreta de aprendizagem é, por sua vez, o resultado de uma série de processos.

Apelar para a motivação sem mais nada, não oferece explicação satisfatória. A maneira como o professor apresenta a tarefa e, sobretudo, a interpretação que o aluno faz disso em função de fatores, tais como: o seu autoconceito acadêmico, os seus hábitos de trabalho e de estudo, os seus estilos de aprendizagem etc., (...). O fato importante a destacar, no entanto, é que esta interpretação tem um caráter dinâmico, não vem dada de uma vez por todos, mas é forjada e modificada no próprio decorrer da atividade de aprendizagem. Isto quer dizer que o sentido que os alunos atribuem a uma tarefa escolar e, conseqüentemente, os significados que podem construir a resposta, não estão determinados apenas por seus conhecimentos, habilidades, capacidades ou experiências prévias, mas também pela complexa dinâmica de intercâmbios comunicativos que se estabelecem a múltiplos níveis entre os

participantes, entre o professor e os alunos". (SALVADOR: 1994).

Nesta concepção de sentidos e significados, professor e aluno têm papéis distintos: o professor conhece os sentidos e seus significados, sabendo onde deseja chegar o que o ajuda a planejar suas ações educativas; o aluno, pelo contrário, ainda não tem conhecimento deste fato, por isso deve aos poucos e progressivamente dar significado aos conhecimentos que adquiri ou aprimora durante o desenvolvimento das atividades escolares. O professor guia e estimula o processo de construção de conhecimento do aluno. "O professor é um guia e um mediador ao mesmo tempo". (SALVADOR, 1994)

Esta visão proporciona reflexões que permitem oferecer mudanças que influenciam a prática educacional como um processo, oferecendo mecanismos que possibilitem ao professor ensinar e que o aluno aprenda a aprender, construindo o seu próprio conhecimento, e que ambos compartilhem, em maior ou menor grau, o significado e o sentido do que fazem e para que o fazem. Esses questionamentos valorizam o sentido que se dá ao processo ensino aprendizagem, fortalecendo a importância do papel do professor nas fases do desenvolvimento das crianças, oferecendo as condições para que o aluno seja capaz de desenvolver seu senso crítico e sua qualificação pessoal.

Neste contexto, acreditamos que o professor possa se utilizar do conhecimento cotidiano transpondo-o para a sala de aula de forma prazerosa e instigante ao aluno.

O lúdico é uma das alternativas que pode proporcionar benefícios no desenvolvimento e no crescimento da criança, pois através de brincadeiras ela explora o meio, as pessoas e os objetos que a cerca. O lúdico é uma atividade dinâmica que possibilita a transformação e a aprendizagem em diferentes contextos, o que valoriza a sua riqueza pedagógica. Através da brincadeira o aprendizado ocorre de forma natural, e devido a sua significação as crianças ampliam seu potencial. Olivier (1999) diz que "reconhecer o lúdico é reconhecer a especificidade da infância: permitir que as crianças sejam crianças e vivam como crianças; é ocupar-se do presente, porque o futuro dele decorre; é esquecer o discurso que fala da criança e ouvir as crianças falarem por si mesmas (...)".

Ao longo do tempo, vários estudiosos formularam diferentes teorias sobre o lúdico. As teorias defendidas por Piaget e Vygotsky apresentam algumas diferenças

de enfoque, mas na prática elas caminham de forma paralela. Vygotsky destaca o papel do meio, salientando uma preocupação com as interações sociais, sobretudo com relação ao papel do meio social e cultural na formação das funções psicológicas. Piaget não analisa de forma tão objetiva o papel do meio na construção das características do sujeito, enfatiza o desenvolvimento intelectual da criança e sua evolução nos diferentes estágios. Vygotsky acredita ter o jogo um papel fundamental no desenvolvimento do pensamento abstrato do ser humano.

Segundo Kishimoto, jogos e brincadeiras na educação são ferramentas importantes na tarefa docente e tem levado os educadores a se utilizarem de diferentes experiências,

(...) ao permitir a manifestação do imaginário infantil, por meio de objetos simbólicos intencionalmente, a função pedagógica subsidia o desenvolvimento integral da criança. Neste sentido, qualquer jogo empregado na escola, desde que respeite a natureza do ato lúdico, apresenta caráter educativo e pode receber a denominação geral de jogo educativo. (KISHIMOTO, 1997).

Ainda segundo o autor “A brincadeira é uma atividade que a criança começa desde o seu nascimento no âmbito familiar”.

Desta forma é tarefa do professor organizar as atividades de modo que estimule a estruturação e a organização do aluno, proporcionando a construção do conhecimento com erros e acertos.

Na convivência diária, no entanto, sabemos que esta não é uma tarefa fácil, pois, cada jogo, cada brincadeira tem a sua especificidade, seus objetivos. Por exemplo, nas brincadeiras de faz-de-conta a imaginação é necessária, no xadrez e no jogo de damas as regras obedecem a padrões específicos, onde a astúcia e estratégias se fazem presente.

Maluf (2009) diz que o brincar nas escolas não existe se não houver uma proposta pedagógica que incorpore o brincar e o lúdico como eixo do trabalho infantil.

O grande número de elementos considerados, jogos ou brincadeiras, gera nos educadores um grande desafio ao definir, analisar e propô-los como meio e estratégia de trabalho. É importante salientar que quando alguém joga ou brinca ao mesmo tempo em que põem em prática as regras do jogo ou da brincadeira, também está desenvolvendo uma atividade lúdica.

Segundo Kishimoto,

"ao permitir a manifestação do imaginário infantil, por meio de objetos simbólicos intencionalmente, a função pedagógica subsidia o desenvolvimento integral da criança. Neste sentido, qualquer jogo empregado na escola, desde que respeite a natureza do ato lúdico, apresenta caráter educativo e pode receber a denominação geral de jogo educativo". (1997, p.22)

1.4 A inclusão na Educação Física

Atualmente, inclusão é um tema muito discutido nas instituições de ensino regular, além de enfrentar muitos obstáculos e inseguranças. "A inclusão deveria implicar desafios múltiplos no interior da escola, requerendo profissionais envolvidos com o projeto de forma clara e ampla. Em decorrência, nenhum educador pode desconhecer o sentido de sua ação educativa" (CAMPOS, 2005).

Esta concepção também divide opiniões na educação física escolar, pois o desenvolvimento da prática e a adaptação de atividades físicas para as pessoas com necessidades especiais sempre foi vista como uma função exclusiva de fisioterapeutas.

Para Cruz (1997) é importante às atividades integrativas, pois "(...) em aulas realizadas em conjuntos com alunos de classes regulares, ditos normais, os alunos portadores de deficiência mental tiveram um desempenho consideravelmente acima de seus próprios tempos, nas mesmas atividades, porém, em espaços restritos a seus pares de iguais, vulgo, classes especiais".

Para que a Educação Física seja corretamente articulada com a Inclusão é necessário que alguns conceitos estejam bem claros, pois a inclusão na maioria das vezes é entendida como sinônimo de educação especial, porém, a inclusão educacional é muito mais abrangente e envolve uma abordagem mais ampla. De acordo com Silva & Silva:

Inclusão envolve a reestruturação das culturas, políticas e práticas nas escolas de forma que elas respondam à diversidade de alunos de sua localidade atendendo as suas diferenças e peculiaridades.

Inclusão em educação se refere à aprendizagem e participação de todos os alunos em riscos de pressões excludentes, e não apenas aquelas com impedimentos visíveis, ou categorizadas, "rotuladas" como tendo "necessidades educacionais especiais". (2008)

Como vimos anteriormente, cabe à escola o papel de expandir conhecimentos, transmitir conceitos, criar oportunidades e transformar a realidade, proporcionando as pessoas com necessidades especiais oportunidades iguais a todos e a educação física não pode mais excluir as crianças de suas atividades educacionais.

Rodrigues (2003) afirma que muitas crianças com deficiências ou que possuam algum tipo de dificuldade, são dispensadas das aulas de educação física, este é um direito, e não pode ser uma opção descartável, porém ressalta que a educação física pode ser efetivamente uma “área-chave” para tornar a educação muito mais inclusiva e atrativa.

O trabalho com crianças com necessidades educacionais especiais nas aulas de educação física, quando bem orientado e estimulado, pode viabilizar vários benefícios, pois as crianças descobrem que nas atividades físicas, existem possibilidades de convivência com colegas sem deficiências e estes percebem que as crianças com alguma deficiência é ativa e capaz. Este trabalho deve ser considerado conforme as ideias de Pedrinelli (2002) que afirma que, "todo o programa deve conter desafios a todos os alunos, permitir a participação de todos, respeitar suas limitações, promover autonomia e enfatizar o potencial no domínio motor".

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) traz a concepção de que a prática das atividades físicas pode ser executada por todos os alunos, inclusive os que possuem necessidades educativas especiais, apesar de suas limitações, pois elas são benéficas a essas crianças principalmente no desenvolvimento de suas capacidades perceptivas, afetivas, de integração e inserção social, para sua futura independência. Estimulando a criança de forma adequada ela poderá superar ou minimizar suas limitações, mas se for deixada de lado poderá bloqueá-la, trazendo problemas mais sérios para a sua formação. Os PCNs enfatizam que as atividades devem ser adaptadas a sua necessidade, respeitando seus limites e permitindo a participação de todos de acordo com as suas possibilidades.

A educação física na escola, de acordo com Neira (2003), possibilita à criança participar e movimentar-se de forma natural, relacionando-se consigo mesma, com os colegas e com o ambiente, desenvolvendo e obtendo assim, o controle motor que favorece o desenvolvimento biológico, psicológico e sociocultural.

A partir de jogos, atividades e brincadeiras, a criança torna-se cada vez mais independente, sendo capaz de construir regras ao invés de apenas segui-las.

Desta forma, a educação física na escola pode e deve ser dirigida a todos os alunos, sem discriminação, articulando o aprender ao fazer, ao saber e ao relacionar-se neste fazer, especificando assim as dimensões dos conteúdos.

A educação física deve propiciar aos alunos com necessidades educacionais especiais oportunidades iguais na realização das atividades, proporcionando a elas a oportunidade de vivenciar atividades motoras variadas, potencializando suas capacidades.

Lemos (2003) afirma que a prática de esportes e atividades físicas proporciona ao indivíduo com deficiência a oportunidade de conhecer seu corpo diferenciado, colocando-o em uma condição de igualdade com os demais. Neste contexto, a inclusão acontece quando envolve dinamismo, mudança de atitudes e reflexão sobre problemas relacionados à escola e a sociedade. Acontece quando inserimos, não apenas um ou outro indivíduo, mas sim todos de forma igualitária, pois vivemos em uma sociedade e não isolados uns dos outros.

Para Guimarães (2003), algumas medidas podem garantir o sucesso do movimento de inclusão nas aulas de educação física escolar, tais como:

- 1- estímulo para que as escolas elaborem sua proposta pedagógica, diagnosticando a demanda por atendimento especial;
- 2- criação de um currículo que reflita o meio social;
- 3- oferta de transporte escolar para todos;
- 4- estímulo para o aprimoramento técnico dos professores;
- 5- materiais e instalações acessíveis;
- 6- existência de equipe multidisciplinar de apoio ao professor.

Observamos ainda que à adaptação das atividades é necessária, neste processo de aceitação do fato de que nem todos os alunos atingem os objetivos educacionais ao mesmo tempo ou da forma esperada, e que o ambiente escolar é um espaço adequado para o desenvolvimento de atividades que estimulem alunos com deficiências a explorar todo seu potencial criativo, permitindo-lhes explorar, vivenciar e questionar através de atividades diversificadas que estimulem o pensar e convívio social.

Segundo Cidade e Freitas (2002) e Pedrinelli (2002) a educação física na escola pode se constituir numa grande área de adaptação, ao permitir a participação de crianças e jovens em atividades físicas adequadas às suas possibilidades,

proporcionando-lhes a oportunidade de serem valorizados e se incluírem num mesmo mundo.

A educação física pode e deve, portanto, contribuir para o desenvolvimento motor, social e afetivo a todos os alunos ao longo da vida, independente de suas possíveis deficiências.

2. METODOLOGIA

A intenção no desenvolvimento deste trabalho foi compreender o universo da pesquisa bibliográfica, conhecer os significados da importância do tema, buscando superar a distância entre a teoria e a prática, provocando um diálogo entre estes dois extremos.

A pesquisa bibliográfica foi realizada na tentativa de fundamentar teoricamente o tema escolhido, através do estudo de obras de Jean Piaget, Kishimoto, Mazzota, Carvalho e Sasaki entre outros autores.

A revisão teórica torna-se fundamental para sustentar ou transformar o conhecimento baseado na experiência. Nesse sentido, as reflexões acerca do assunto, poderão provocar novas descobertas, a partir de um cruzamento das ideias apontadas pelos autores aqui citados, através de um exercício produtivo servindo para a reflexão sobre o tema abordado e a postura pedagógica dentro das unidades escolares.

Entendemos que o assunto não será esgotado através deste estudo, mas poderá ser um ponto motivador para investigações mais aprofundadas.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

De fato, a instituição de ensino deve incluir os alunos com necessidades educacionais especiais no ambiente educacional de forma que não os prejudique num trabalho de inserção que favoreça o acesso, a permanência e a sua aprendizagem, bem como a convivência com os demais, podendo utilizar para isso o lúdico como um agente facilitador nesse processo, proporcionando a interação e socialização dos educandos a partir de brincadeiras e jogos.

Assim, o lúdico se faz presente, contribuindo para a inclusão de todos, desde os alunos com necessidades educacionais especiais, com deficiências motoras, intelectuais ou sensoriais, transtornos globais do desenvolvimento, transtorno do espectro autista ou altas habilidades/superdotação até aqueles que estejam experimentando dificuldades temporárias e dos mais diversos grupos étnicos, religiosos, linguísticos, sociais e culturais, entre outros.

Nessa perspectiva, a escola torna-se um local acolhedor onde o educando deve sentir-se incluído, aceito, convivendo com os “chamados normais”, promovendo o seu desenvolvimento cognitivo, afetivo e social, contribuindo para sua convivência em sociedade, proporcionando a troca de experiências entre os alunos e o respeito mútuo independente de qualquer tipo de diversidade, de diferença, seja ela qual for.

Logo, concluímos que o ambiente educacional deve proporcionar ao corpo discente a interação e a socialização entre os sujeitos, mostrando que todos os educandos devem conviver, aprender, brincar e construir conceitos juntos no ambiente escolar, sendo respeitados e interagindo durante a realização das atividades com os demais de forma igualitária, sem nenhum tipo de constrangimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Rubem. **Conversas sobre Educação**. Campinas: Versus, 2003

ARNAY, José. **Reflexões para um debate sobre a construção do conhecimento na escola: rumo a uma cultura científica escolar**. In: RODRIGO, María José Rodrigo, ARNAY, José. *Conhecimento Cotidiano, Escolar e Científico: Representação e Mudança. A Construção do Conhecimento Escolar 1*. Tradução Cláudia Schilling. São Paulo: Ática, 1998. p. 37-74.

BRASIL. Lei no 9.394, de 23 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE. n. 2, de 11 de setembro de 2001. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: Gráfica do Senado, 2001.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. MEC/SEESP. **Política Nacional de Educação Especial**, Brasília, 1994

BRASIL, Secretaria de Educação Especial Fundamental. **Parâmetros Curriculares nacionais: Educação Física/ Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica/Secretaria de Educação Especial**. MEC/SEESP, 2001

Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais : Educação Física / Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília : MEC / SEF, 1997.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1997.

CAIADO, Kátia Regina Moreno. **Aluno Deficiente Visual na Escola: lembranças e depoimentos**. Campinas, SP: Autores Associados: PUC, 2003.

CAMPOS, H. **O compromisso com a educação inclusiva**. Jornal informar é incluir, Santo André, edição 22, ano III, p.6-7, 2005.

CIDADE, R.E.; FREITAS, P.S. **Educação física e inclusão: considerações para a prática pedagógica na escola**. Integração, Brasília, v.14, p. 26-30, 2002. Edição Especial.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). **Resolução CNE/CEB nº2, de 11 de setembro de 2001**. Diário Oficial da União. Brasília, p.39-40, setembro, 2001.

CHINALIA, Fabiana; ROSA, Juliene C. L. **Fundamentos da Educação Especial e Inclusiva**. Apostila do curso de Especialização em Educação Especial da Faculdade de Educação São Luís. Ribeirão Preto: Maxicolor Gráfica, 2008.

CRUZ, G. **Classe Especial e Regular no contexto da Educação Física: Segregar ou Integrar?**, Londrina, Ed UEL, 1997.

FERREIRA, Windyz B. **Inclusão X Exclusão no Brasil**: reflexões sobre a formação docente dez anos após Salamanca. In: RODRIGUES, David (org.). **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.

FREITAS, Ana Lucia Souza de. **Pedagogia da conscientização: Um legado de Paulo Freire a formação de professores**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2001.

KISHIMOTO, Tisuko Morchida. **Jogo, Brinquedo, Brincadeira e a Educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

KISHIMOTO, T. M. **O brincar e suas teorias**. São Paulo: Pioneira-Thomson Learning, 2002.

GUIMARÃES, A. **Inclusão que funciona**. Revista Escola, São Paulo, p. 43-47, setembro, 2003.

JANNUZZI, G. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1985.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficiente mental no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas, SP: Autores Associados, 2004/2006.

LEMOS, E. **A vivência do corpo diferenciado**. Educação & Família – deficiências: adiversidade faz parte da vida! São Paulo, v.1, p. 39, 2003.

MALUF, Ângela Cristina Munhoz. **Brincar: Prazer e Aprendizado**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Ensinando a turma toda**. Revista Pátio – Revista Pedagógica ano V, n. 20, Diversidade na Educação, Fev./abr. 2002.

MANTOAN, Maria Tereza. **Inclusão escolar**. 2 ed. Sumassus.2003.

MAZZOTA, M.J.S. **Fundamentos em educação especial**. São Paulo, Pioneira, 1996.

MAZZOTA, Marcos J. S. **Educação especial no Brasil: História e políticas públicas**. 4 ed. São Paulo: Cortez. 2003.

MENDES, E. G. **Construindo um “lócus” de pesquisas sobre inclusão escolar**. In: MENDES, E.G; ALMEIDA, M. A; WILLIAMS, L. C. de. **Temas em educação especial: avanços recentes**. São Carlos: EdUFSCAR, pp.221-230, 2004

MITTLER, P. **Educação inclusiva**: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2004.

NEIRA, M.G. **Educação física: desenvolvendo competências**. São Paulo: Phorte, 2003.

OLVIER, G. G. F. **Lúdico e escola: entre a obrigação e o prazer**. In: MARCELINO, N.C. (Org.). **Lúdico, educação e educação física**. Ijuí: UNIJUÍ, 1999.

Parâmetros Curriculares Nacionais: **Educação Física**. Secretaria de Educação Ambiental. Brasília, MEC/SEF, 1997 p.27.

PEDRINELLI, V.J. **Possibilidades na diferença: o processo de “inclusão” de todos nós**. Integração, Brasília, v.4, p. 31-34, 2002. Edição Especial.

RODRIGUES, A.J. **Contextos de aprendizagem e integração/inclusão de alunos com necessidades educativas especiais**. In: RIBEIRO, M.L.S.; BAUMEL, R.C.R.C. Educação especial: do querer ao fazer. São Paulo: Avercamp, 2003.

ROLIM, L.R. **O professor de educação física na educação infantil: uma revisão bibliográfica**. Dissertação de Mestrado. Centro Universitário Nove de Julho – UNINOVE, 2004.

SALVADOR, César Coll, trad. Emília de Oliveira Dihel. **Aprendizagem escolar e construção do conhecimento**. Porto Alegre; Artes médicas. 1994.

SASSAKI, R.K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1998 p. 17.

SILVA, Ana Patrícia da; SILVA, Jeane Alves da. **Inclusão e deficiência**. In: SANTOS, Mônica Pereira dos; MELO, Sandra Cordeiro de; FONSECA, Michele Pereira de Souza da. Interfaces da Inclusão. 2008 - No prelo.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

WINNICOTT, Donald W. **O Brincar & a realidade**. Rio de Janeiro, Imago Editora Ltda. 1975.